



O POTENCIAL DO CONCEITO DE BRANQUITUDE PARA UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS SOBRE A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO¹

Mariana Machado Rocha²

Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Programa de pós-graduação em Educação, São Paulo, SP, Brasil.

Resumo: Este artigo tem como finalidade demonstrar o potencial dos desdobramentos dos Estudos Críticos da Branquitude para pensar a historiografia que aborda a fundação da Universidade de São Paulo bem como suas próprias narrativas históricas. Para tanto, apresenta o pensamento racial presente no contexto de fundação da USP, nos anos 1930, o conceito de branquitude, seus usos no Brasil no campo da história e a maneira como as ideias que ele contém favorecem uma interpretação a respeito da produção do silêncio sobre raça e sobre os negros nas narrativas de constituição da Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: branquitude, raça, USP, historiografia

THE POTENTIAL OF THE BRANQUITUDE CONCEPT FOR AN ANALYSIS OF HISTORICAL NARRATIVES ABOUT THE FOUNDATION OF THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO

Abstract: This paper aims to present the Critical Whiteness Studies potential to analyze the historiography about the University of São Paulo foundation and its very historical narratives. In order to do so it presents the racial thought found in the context of USP foundation in the 1930's, the whiteness concept and how it has been used in the field of History in Brazil, and how the ideas this concept brings support an interpretation about the production of silence on race and on black people in the University of São Paulo constitutional narratives.

Keywords: whiteness, race, USP, historiography

EL POTENCIAL DEL CONCEPTO BRANQUITUDE PARA UN ANÁLISIS DE NARRATIVAS HISTÓRICAS SOBRE LA FUNDACIÓN DE LA UNIVERSIDAD DE SÃO PAULO

¹ Este trabalho faz parte da pesquisa de doutorado em andamento.

² Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo- USP. Alumni Fulbright: pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. E-mail: machado.mari.r@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3498-9403>



Resumen: Este artículo tiene como objetivo demostrar el potencial de los desarrollos en los Estudios Críticos de Blanquitud para pensar sobre la historiografía que aborda la fundación de la Universidad de São Paulo, así como sus propias narrativas históricas. Con este fin, presenta el pensamiento racial presente en el contexto de la fundación de la USP, en la década de 1930, el concepto de blanquitud, sus usos en Brasil en el campo de la historia y la forma en que tus ideas favorecen una interpretación sobre la producción de silencio sobre la raza y sobre los negros en las narrativas constitucionales de la Universidad de São Paulo.

Palabra-clave: blancura, raza, USP, historiografía

LE POTENTIEL DU CONCEPT DE BRANQUITUDE POUR UNE ANALYSE DES NARRATIFS HISTORIQUES SUR LA FONDATION DE L'UNIVERSITÉ DE SÃO PAULO

Résumé: Cet article vise à démontrer le potentiel des développements dans les études critiques de blancheur pour réfléchir à l'historiographie qui aborde la fondation de l'Université de São Paulo ainsi que ses propres récits historiques. À cette fin, il présente la pensée raciale présente dans le contexte de la fondation de l'USP dans les années 1930, le concept de blancheur, ses utilisations au Brésil dans le domaine de l'histoire et la manière dont les idées qu'il contient favorisent une interprétation de la production du silence sur la race et sur les Noirs dans les récits de constitution de l'Université de São Paulo.

Mots-clés: blancheur, race, USP, historiographie

O POTENCIAL DO CONCEITO DE BRANQUITUDE PARA UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS SOBRE A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

“Não seria possível escrever a “nossa” história econômica, política, legal, da saúde, educacional – de fato, de todas as nossas instituições – sem colocar a política da branquitude tanto consciente quanto inconscientemente como uma dinâmica central.” (APPLE, 2001, P.65)

O período entre o final do século XIX e início do século XX no Brasil é marcado por transformações políticas e econômicas importantes, como a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da república em 1889. Tais eventos marcam um movimento das elites brasileiras em direção à ideia de modernidade e progresso inspirada nas nações europeias e a constituição da nação brasileira passa a ser um



objetivo disputado por diferentes grupos no país (MISKOLCI, 2012). É no início do século XX que as ideias racistas são fortalecidas pelas teorias do racismo científico, deixando o país à beira de um apartheid sócio racial e originando as chamadas políticas de branqueamento³ (SCHWARCZ, 2001). Ainda que nos anos de 1920 a crítica teórica ao racismo científico seja fortalecida, a crença na inferioridade dos negros continua orientando ações do Estado por meio das políticas higienistas, eugenistas, imigratórias e de incentivo à miscigenação (JACCOUD, 2008; SILVA, 2015; SCHWARCZ, 2001).

O plano político, situado no contexto da República Velha, esteve marcado por um conjunto de tensões e disputas que culminaram na chamada Revolução de 1930, em que Getúlio Vargas assume o poder de maneira autoritária. É em meio a essas disputas políticas entre grupos proponentes de diferentes projetos de nação que a Universidade de São Paulo (USP) é concebida, ao longo dos anos 1920 e fundada no dia 25 de janeiro de 1934 pelo Decreto Estadual nº 6.283, assinado por Armando de Salles Oliveira, interventor federal em São Paulo. Seu primeiro Estatuto é estabelecido pelo Decreto nº 39, de 3 de setembro de 1934, e nele são apresentadas as finalidades, os institutos, escolas e faculdades que fariam parte da Universidade, a organização da administração universitária, os processos envolvendo nomeação e trabalho do corpo docente, os cursos, as instalações, a admissão dos estudantes e outros pontos pertinentes ao funcionamento da instituição.

Considerando o contexto racial do período, será empreendido um diálogo com a historiografia que narra os sentidos históricos e políticos da criação da USP,⁴ tendo como eixo de análise a busca pela presença ou ausência de trabalhos que consideram a relevância dos debates de raça dos anos 1920 e 1930 na concepção da Universidade. A interlocução com a historiografia será mediada por reflexões advindas do campo dos Estudos Críticos da Branquitude.

Começamos por Antunha (1974), o autor apresenta uma série de diferentes concepções possíveis de Universidade, vinculando-as aos seus locais de surgimento e mostrando quais os valores centrais relacionados a estas concepções. Em seguida

³ Políticas que tinham como objetivo embranquecer a população, por exemplo, o incentivo à imigração europeia com a intenção de aumentar a proporção de população branca no Brasil.

⁴ Tais como: Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma, de Heládio Antunha, 1974; A Universidade da Comunhão Paulista, de Irene Cardoso, 1982; Educadores e Empresários Culturais na construção da USP, de Fernando Limongi, 1988; e por fim, Um projeto civilizatório e regenerador: reflexões sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo, de Priscila Silva, 2015.

mostra que a USP, em sua fundação esteve vinculada a um ideal liberal proposto pelas elites que no período da primeira república combatiam o poder das antigas oligarquias e buscavam, por meio da criação de uma instituição universitária, elevar o nível cultural da nação de maneira aberta e democrática. Para o autor, a universidade liberal era o espaço dedicado à promoção e a garantia da diversidade de perspectivas que possibilitariam o fomento da cultura e enriqueceriam o debate político. Este trabalho narra a concepção da USP como uma universidade comprometida interesse políticos de uma elite que haveria pautado a instituição segundo ideais liberais desde seus primórdios e não menciona a questão racial.

O trabalho de Cardoso (1982) questiona a essência liberal da USP descrita por Antunha argumentando que seus principais idealizadores eram membros de uma elite situada em São Paulo que defendia a criação da Universidade como maneira de alcançar uma hegemonia política e cultural para si própria diante do restante do país. A autora apresenta as alianças que Júlio de Mesquita Filho e outros importantes nomes ligados à fundação da instituição fizeram com o governo autoritário de Getúlio Vargas para alcançar o poder que possibilitou sua criação. Assim, Cardoso apresenta uma USP elitista, criada num contexto político autoritário, por um grupo que reivindicava para si um lugar de hegemonia ao afirmar sua própria superioridade racial, regional e intelectual diante da nação. Nesta narrativa a mesma USP já não parece tão nobre como a universidade liberal de ideias democráticos retratada anteriormente por Antunha. Cardoso tangencia a questão racial indicando sua presença, sem aprofundar-se na análise de seu papel e desdobramentos.

Fernando Limongi (1988), por sua vez, posiciona seu trabalho numa perspectiva radicalmente diferente das anteriores e afirma que Antunha e Cardoso se deixaram levar pelas palavras de Júlio de Mesquita Filho, o principal idealizador da USP, que mais de 20 anos após a fundação da instituição, afirma o viés político de sua criação. Limongi (1988) defende que o projeto de fundação da Universidade de São Paulo esteve ligado antes ao interesse empresarial em fortalecer e controlar o campo educacional a partir do topo, ou seja, da educação superior, com a finalidade de obter lucros obtidos no mercado educacional. Nessa narrativa, os fundadores não são caracterizados principalmente como membros da elite, mas enquanto um grupo de educadores que reivindicavam que o saber teórico e técnico que eles detinham fosse pré-requisito para o exercício da profissão docente. Assim, contrariando as narrativas que a consagraram

como um projeto “da elite e para a elite”, Limongi demonstra que os primeiros alunos da Universidade teriam sido normalistas, mulheres, imigrantes e pessoas que a utilizaram como caminho para reorientar suas carreiras e obter ascensão social. Apesar de mencionar diversos grupos sociais, Limongi não menciona os negros, nem os brancos e não aborda a questão racial.

Priscila Elisabete da Silva (2015), aborda as relações entre os fundadores da Universidade de São Paulo e o debate racial existente naquele período. A autora demonstra que os principais fundadores da Universidade de São Paulo eram adeptos de ideais eugenistas, higienistas, sanitaristas e de branqueamento que vigoravam no período em que têm início os debates e campanhas em prol da criação da instituição. Assim, os idealizadores da USP faziam parte de uma elite intelectual que se baseava em teorias raciais que afirmavam o primitivismo, a indolência e a inferioridade moral, intelectual e estética da população negra e entendia a presença dela como um problema nacional que seria resolvido ao reduzir a quantidade de negros e afirmar a cultura dominante de origem europeia como superior e dotada dos atributos necessários para capacitar a elite condutora da nação.

Irene Cardoso (1982) havia demonstrado que para afirmar sua superioridade diante da nação os membros da elite paulista evocavam uma ancestralidade bandeirante dotada de supostas características morais positivas elaborando narrativas sobre sua superioridade racial. Silva (2015) amplia essa análise e mostra que ao evocar características como a coragem, a moral elevada e o espírito empreendedor dos bandeirantes, a elite paulista o fazia se distanciando de qualquer ascendência negra, com o objetivo de se autoproclamar como descendente mais próxima dos europeus diante da nação, o que segundo as teorias raciais da época justificaria sua capacidade privilegiada para exercício do poder. O trabalho de Silva (2015) inaugura uma interpretação que posiciona os debates raciais no cerne da compreensão da história da Universidade de São Paulo. Antes disso, porém, é possível afirmar a existência de um silêncio sobre os negros na história da Universidade de São Paulo.

Tendo em vista a presença e importância da questão racial na concepção da USP, o presente texto tem o objetivo de refletir, a partir do trabalho de Silva (2015; 2017), a respeito de como os chamados estudos críticos da branquitude podem colaborar para a compreensão da produção historiográfica deste silêncio. A seguir serão apresentados o contexto de surgimento desses estudos e seu conceito principal.



O CONCEITO DE BRANQUITUDE

A partir da década de 1990, ocorre um movimento global de deslocamento das análises da periferia para o centro e as relações raciais passam a ser analisadas também do ponto de vista de seus efeitos para os grupos brancos. Aspectos como as circunstâncias da obtenção e reprodução de privilégios, a formação da subjetividade e dos sentidos de “ser branco”, entre outros, passaram a ser tema de pesquisa no interior das ciências sociais. Trata-se de uma alteração do olhar da periferia para o centro ou para aqueles que ocupavam o papel de norma ou padrão a partir do qual se definia aqueles que seriam considerados como “os outros, “os diferentes” ou “estigmatizados” (SCHUCMAN, 2014). Este conjunto de trabalhos ficou conhecido como estudos críticos da branquitude.

Autores como Frantz Fanon e, no Brasil, Guerreiro Ramos, desenvolveram análises que são consideradas como precursoras dessa perspectiva. Frantz Fanon (1980), filósofo e psiquiatra negro formado na França, nascido na ilha da Martinica, publica em 1952 o livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que discute a questão racial e a relação entre colonizador e colonizado como categorias importantes para se compreender a formação da subjetividade de brancos e negros (SCHUCMAN, 2014). Para ele, no contato com os povos negros ocorrido durante a colonização, os brancos projetam sobre estes tudo aquilo que negam ou temem em si mesmos com base na sua própria autoimagem constituindo pares de opostos que passam a ser mais ou menos explicitamente associados às diferentes identidades raciais, povos e culturas (FANON, 1980).

Assim, o negro é associado ao selvagem, ao animal, ao biológico, ao corpo, à potência sexual, à intuição e à irracionalidade – ou seja, a tudo o que remete à natureza instintiva ou indomada e portanto não civilizada, descontrolada; ao pecado à totalidade dos elementos que representam o mal, como a própria maldade, o lado ruim da personalidade, a imoralidade, as trevas, o diabo; àquilo que é considerado inferior, indigno e sujo; e por fim, àquilo que se entende como não evoluído, isto é, a mentalidade primitiva, a ingenuidade ou espontaneísmo, a chamada “infância da humanidade”. Por outro lado, o branco é associado à metrópole, à evolução, à moral, à racionalidade, à intelectualidade e à objetividade científica (FANON, 1980).

Estas construções resultariam em diferentes formações das subjetividades de brancos e negros. Os primeiros desenvolveriam um sentimento de superioridade em relação aos segundos, mas também de medo e pavor que justificariam violências perpetradas contra a população negra. Os últimos, em uma busca por se afastar dos estereótipos associados à sua raça, buscariam o branqueamento, ou o que Fanon chama de “máscaras brancas”, o que é possível uma vez que os símbolos da brancura ultrapassam a questão física do tom da pele e incorporam ideais de educação, cultura, comportamento e linguagem. Dessa maneira, as instituições educacionais detêm um papel importante no processo de embranquecimento dos povos colonizados. Quanto maior o nível de acesso à cultura da metrópole, geralmente veiculadas nessas instituições, “mais brancos” ou “menos negros” serão os colonizados. (FANON, 1980).

Outro ponto relevante das formulações fanonianas é a racialização da autopercepção humana, compreendida pelo autor como uma das consequências do colonialismo, especialmente no que diz respeito às noções de razão e de universalidade genérica. Faustino (2017) sustenta que para Fanon

O problema colonial, portanto, não está na universalidade, mas na tendência (colonial) do ocidente capitalista em impor (...) as suas particularidades espaço-temporais como expressões universais do gênero humano. (...) o “branco” aparece em nosso imaginário como expressão universal da pele, e não apenas dela, mas, sobretudo, da história, da filosofia, da tecnologia, da religião e em outras expressões que compõem aquilo que nomeamos como bom, belo e verdadeiro, tanto dos pontos de vista ético e político quanto estético (FAUSTINO, 2017, p. 127 e 128)

Dessa forma, com Fanon é possível pensar que a racialização da identidade branca, que se constitui no que estamos chamando de branquitude, pressupõe uma autopercepção de si e de sua cultura (europeia) como representantes da universalidade humana.

No Brasil, o sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos também aborda os efeitos das relações coloniais tanto para brancos como para negros. Ramos foi o primeiro intelectual a introduzir no país um estudo que considerasse os efeitos do racismo e da ideologia de branqueamento para o próprio branco. Em 1957 publicou o artigo “A patologia social do ‘branco’ brasileiro” em que demonstra que a sociologia brasileira, predominantemente desempenhada por pessoas identificadas como brancas no contexto nacional, cria o “problema do negro” transformando este grupo racial em



objeto de pesquisa de maneira que o papel do branco nestas relações é invisibilizado e pouco explorado (FERES JÚNIOR, 2015; RAMOS, 1957).

Guerreiro Ramos (1957), demonstra que a formação colonial do país criou um ambiente em que a cor negra foi associada ao feio e ao degradante por meio de um processo que inculcava o *ethos*, as normas e padrões estéticos de fora para dentro sem correspondência com as características do povo brasileiro. Assim, o que ele nomeia como a “patologia social do branco brasileiro” consiste em que os brasileiros, especialmente as pessoas de pele mais clara, que na realidade seriam predominantemente mestiças, buscam disfarçar sua condição étnica efetiva, “utilizando-se de mecanismos psicológicos compensatórios do que julgam ser uma inferioridade” (p.181). Para o sociólogo, um dos recursos utilizados para “compensar” suas origens raciais é a tematização do negro como um objeto de estudo: “ao tomar o negro como tema, elementos da camada ‘branca’ minoritária se tornam mais brancos, aproximando-se de seu arquétipo estético – que é o europeu” (p.181). Outra estratégia é exibir a branquidão de forma que não haja dúvidas ou questionamentos sobre ela, exibindo símbolos, ornamentos, estilo linguístico e sobrenomes que lhes aproximem das origens europeias.

Guerreiro Ramos sustenta que o problema do branqueamento estaria posto não apenas para negros que buscavam fugir de sua identidade racial, conforme mostrado por estudiosos da Escola Paulista de Sociologia, mas também para o “branco brasileiro”, que na visão de Ramos é miscigenado, mas se declara como branco buscando aproximar-se dos ideais de ser humano e civilização europeus e norte-americanos (RAMOS, 1957). Este autor inaugura também um olhar crítico para a maneira como a intelectualidade brasileira abordava a “questão do negro” colocando-se como se fosse portadora de uma identidade racial neutra e, portanto, intocada pela problemática racial (SCHUCMAN, 2014).

As identidades raciais brancas são construções sociais, localizáveis em cada sociedade e contexto histórico. Assim a branquitude pode ser entendida como parte de um sistema global interligado com diferentes inflexões e implicações a depender do contexto em que é produzida (LABORNE, 2017). Ser branco não é algo definido apenas por questões genéticas, mas também por lugares sociais ocupados pelos sujeitos. No caso brasileiro, porém, o fenótipo ocupa um lugar mais importante do que em países

onde não ocorreu um processo de miscigenação. Dessa maneira, no Brasil, ser branco não exclui ter sangue negro (SCHUCMAN, 2014).

Entendida como resultante da estrutura colonialista, a branquitude molda subjetividades, produz lugares sociais e constitui sua identidade na oposição ao “outro” (SILVA, 2017), está diretamente associada à supremacia branca global e precisa ser entendida a partir das relações de poder que lhe deram origem (LABORNE, 2017). Ela é também compreendida como um constructo ideológico do projeto modernista de colonização em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão a partir da qual os outros serão medidos e como a posição social ocupada pelas pessoas de ascendência europeia no contexto pós-colonização (STEYN apud LABORNE, 2017, p.94). Branquitude é ainda:

um modo de comportamento social, a partir de uma situação estruturada de poder, baseada numa racialidade tida como neutra, não nomeada mas sustentada pelos privilégios sociais continuamente experimentados. (...) articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais etc.) que são, por excelência, conservadoras, reprodutoras e resistentes, e cria um contexto propício à manutenção das desigualdades (LABORNE, 2017, p. 92).

Alguns elementos são apontados por diferentes autores como características deste lugar de poder em que se encontra a branquitude. São eles: a invisibilidade ou fantasia de invisibilidade, os privilégios materiais e os privilégios simbólicos (SCHUCMAN, 2014).

A invisibilidade ou fantasia de invisibilidade se caracteriza por meio da falta de percepção do indivíduo branco sobre sua própria racialidade. A partir da autopercepção da branquitude como “normal”, “natural” ou “neutra” apenas os não brancos são entendidos como racializados, isto configura o caráter relacional em que o branco se institui como “modelo paradigmático de aparência e condição humana” (PIZA, 2014, p. 72). A invisibilidade se coloca quando a hegemonia da branquitude sufoca tanto a auto percepção racial dos brancos como a possibilidade de que outros grupos raciais apontem a existência da identidade branca. A ideia de invisibilidade remete também ao conforto obtido pelos brancos a partir da sensação de não representar nada além da própria individualidade. As escolhas, comportamentos e práticas de sujeitos brancos não são atribuídas à imoralidade, à pobreza ou ao analfabetismo de sua raça. O indivíduo branco



não é convidado a falar em nome do grupo racial a que pertence e ao praticar uma boa ação, também não se converte em um exemplo para seu grupo de origem (PIZA, 2014).

É esta excessiva visibilidade grupal do outro e a intensa individualização do branco que podemos chamar de “lugar” de raça. Um “lugar” de raça é o espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação definida por termos raciais. Dessa maneira, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e o lugar do branco é o de sua individualidade. Assim, a não nomeação racial é um elemento que constitui a formação da identidade branca. (PIZA, 2014, p. 72).

A partir dessas marcas, a constituição da identidade branca se torna auto referenciada devido à ausência de percepção de si como o “outro” em relação àqueles que são entendidos e enfatizados constantemente como o “outro” racializado em relação à norma, branca. Dessa maneira, invisibilidade, neutralidade e “transparência” são importantes elementos presentes no conceito de branquitude.

Vejamos agora os outros elementos constituintes do conceito, os privilégios simbólicos e materiais. Os primeiros estão relacionados aos atributos positivos associados à brancura, tais como inteligência, beleza, educação, progresso, entre outros, que no processo de constituição histórica da branquitude forjaram esta identidade como detentora de uma posição racial de superioridade em relação às demais. Reconhecer esta característica social não significa que os sujeitos brancos necessariamente sintam-se superiores aos não brancos, mas que existe uma significação social hegemônica da identidade branca como lugar da superioridade (SCHUCMAN, 2014). Os benefícios simbólicos também dizem respeito à manutenção exclusiva de referenciais positivos que elevam a autoestima e o autoconceito dos brancos, valorizando suas características, fortalecendo-os enquanto grupo e legitimando seu lugar de supremacia econômica política e social (BENTO, 2014). Os privilégios materiais, por sua vez, incluem vantagens e facilidades no acesso à habitação, crédito, educação, oportunidades de emprego, à transferência de riqueza herdada entre as gerações, entre outros (SCHUCMAN, 2014).

BRANQUITUDE EM ESTUDOS HISTÓRICOS



Em um primeiro contato com estudos realizados neste campo no Brasil, foram encontrados alguns trabalhos que mobilizam o conceito de branquitude para pensar questões históricas.

O trabalho de Silva (2017), *O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo*, destaca a importância de compreender a modernidade brasileira situada nas primeiras décadas do século XX, momento em que se deu a criação de um importante conjunto de instituições, considerando o pensamento racial do período. A autora defende a utilização do conceito como dispositivo analítico capaz de fazer emergir a subjetividade branca em contextos aparentemente não racializados. O artigo apresenta a definição de branquitude e identifica este movimento como o primeiro passo para a sua qualificação enquanto dispositivo analítico.

O trabalho de Cardoso (2017) analisa a história brasileira com foco nos brancos e discute as diferenças entre os brancos portugueses que colonizaram o país e os de outros países da Europa, como Itália e França, considerados, no contexto europeu, como “mais brancos” do que os portugueses. Assim, o autor conclui que os brancos brasileiros eram entendidos como brancos no contexto nacional, porém não no contexto europeu. O movimento que incentiva a imigração Italiana no final do século XIX e início do século XX é compreendido então como uma busca por trazer para o Brasil os “verdadeiros” brancos, nas palavras do autor, os brancos-brancos.

O trabalho de Müller (2017), intitulado *A criança branca idealizada pela imprensa no século XX*, apresenta concursos de beleza promovidos por jornais e revistas do período. As crianças são avaliadas a partir de um ideal estético eugênico que valoriza o fenótipo branco, especialmente loiro e de olhos azuis, associando-o à beleza, saúde, moralidade, limpeza, ingenuidade. A partir da análise dos concursos e conteúdos adjacentes, Müller sustenta que a imprensa brasileira do início do século XX reproduzia e naturalizava o racismo de base eugênica.

Nestes trabalhos é possível verificar que a mobilização da perspectiva oferecida pelos estudos da branquitude favorece a compreensão de momentos históricos em que a cultura e o fenótipo brancos ou, ainda, o tipo branco “puro” foram valorizados. Com exceção de Silva (2017) que apresenta o conceito propriamente dito, os demais trabalhos não utilizam o termo “branquitude” no centro de suas análises.

Tal iniciativa é empreendida por Richard Miskolci (2012), no livro *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX*. Miskolci (2012)



destaca que as elites brasileiras do período se imaginavam brancas, entretanto não eram compreendidas da mesma maneira pelos europeus. A nação projetada naquele período era uma ideia de futuro, branca e civilizada. Os desejos em torno deste projeto eram hostis ao passado, que era associado então ao atraso, à natureza e aos instintos, e hostil também à população brasileira, compreendida como degenerada. As discussões políticas e as relações sociais eram moldadas pela presença de um grande sentimento de medo em relação à libertação dos negros escravizados. Segundo a interpretação da elite econômica do período “nação era sinônimo de homogeneidade racial e de harmonia política, ou, melhor dizendo, de branquitude e civilização” (MISKOLCI, 2012, posição 330 de 3557). Assim, caberia ao Estado efetuar a defesa do país em um confronto interno entre uma raça superior e uma raça inferior que representava o ressurgimento do passado.

No caso de Miskolci (2012), o termo branquitude é diretamente empregado para descrever as elites de fins do século XIX e início do século XX bem como os projetos de nação por ela almejados. Neste contexto, o que ele compreende como branquitude é:

um ideal criado pelas elites brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, o qual adquire mais importância no regime republicano. (...) um ideal presente em vários discursos, dos políticos aos médicos e literários, os quais encontravam nela um denominador comum do desejo da nação, valor fundamental que guiava as demandas elitistas de branqueamento de nosso povo. Branquear não era apenas ou exatamente um projeto de transformação demográfica, mas também – e principalmente – de moralização da coletividade. A despeito de seu foco em toda a população, tratava-se de um desejo das elites dirigentes, esmagadoramente formada por homens, e que interpretavam a branquitude como um valor próprio que a caracterizava e distinguia do povo. (...) Nossas elites, que - com variações - se imaginavam brancas e inseridas no padrão de civilização europeu, consideravam-se detentoras dos direitos e dos meios para transformar o povo em uma nação (MISKOLCI, 2012, posição 655 e 672 de 3557).

Sob inspiração das referidas análises e tendo em vista o constante apelo dos estudiosos da branquitude para a importância de se empreender estudos que nos ajudem a compreendê-la não só como parte constituinte de um fenômeno internacional oriundo dos contatos coloniais, mas também como algo que se processa de maneiras específicas de acordo com diferentes tempos, localidades e circunstâncias políticas, culturais, econômicas e sociais é que vislumbro a utilização deste conceito, repertório e perspectiva para a compreensão do momento de fundação da Universidade de São Paulo.

O POTENCIAL DO CONCEITO DE BRANQUITUDE PARA PENSAR A HISTORIOGRAFIA QUE ABORDA A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Bento (2014) e Piza (2014) mobilizaram elementos constituintes do conceito de branquitude bem como a própria perspectiva que lança o olhar para o papel dos brancos nas relações sociais e raciais para demonstrar que o campo de estudos sobre raça no Brasil foi marcado por uma perspectiva de pesquisadores brancos acerca da raça, resultando em um conjunto analítico que enfatizava o negro como objeto ao mesmo tempo em que invisibilizava o papel dos brancos na construção da sociedade brasileira marcada pelas desigualdades raciais. Tal reflexão pode ser útil também para a compreensão de campos de estudos que a princípio não se encontram direta e explicitamente vinculados à questão racial, como é o caso da História da Universidade de São Paulo.

De acordo com Antunha (1974) a Universidade de São Paulo foi concebida como uma instituição que ocuparia e promoveria uma posição de superioridade, que elevaria a cultura e propagaria o conhecimento universal. A posição de neutralidade e universalidade em que a Universidade de São Paulo e os intelectuais europeus com seus métodos, doutrinas e pontos de vista são compreendidos e elevados à condição de representantes da pluralidade invisibiliza as singularidades que os constituem. Uma instituição cujo surgimento é vinculado exclusivamente à história europeia adquire assim contornos de universalidade e pluralidade que possibilitam que as narrativas históricas sobre seu surgimento no Brasil prescindam da categoria raça para compreendê-la.

Dessa maneira, ainda dialogando com Piza (2014) e Bento (2014), é possível pensar o processo de invisibilização da identidade branca se dá para além de situações em que objeto de pesquisa é o negro, conforme as autoras haviam apontado. Objetos de pesquisa racialmente compreendidos como neutros, plurais e universais são frequentemente analisados em uma perspectiva que invisibiliza seus vínculos com grupos e ideais conectados à identidade branca, como é o caso da Universidade de São Paulo. O silêncio sobre as influências dos debates raciais, e sobre a própria existência dos negros na sociedade brasileira na maneira como a história dessa instituição foi

concebida é constituído a partir de pressupostos que por meio do “não dito” afirmam a identidade branca não nomeada como capaz de representar todo o conjunto da sociedade. A racialização de elementos como as ciências, a objetividade, a razão, o saber e seus modos de transmissão, ocorre de maneira velada travestida por ares de neutralidade e exercendo o papel de reproduzir uma perspectiva por meio da qual a questão racial e os próprios negros teriam pouca ou nenhuma relevância para a compreensão de tais fenômenos.

As reflexões do campo dos estudos críticos da branquitude ajudam a perceber que as narrativas sobre a constituição histórica da Universidade de São Paulo atuaram ativamente na ocultação do elemento racial presente nas ideias que promoveram a sua criação produzindo uma memória que confere contornos de neutralidade racial à esta instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ANTUNHA, H. C. G. Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma. São Paulo: *CRPE do Sudeste*, 1974.

APPLE, Michael W.. Políticas de direita e branquitude: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 61-67, Apr. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Kkn8M7qjFKVvjDyXfxwY47b/?lang=pt>>. Acesso em 29 dez. 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. Ed. Petrópolis. *Vozes*, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. Ed. Petrópolis. *Vozes*, 2014.

BONTEMPI JR., Bruno. As sessões solenes da Faculdade de Filosofia: rituais da comunidade intelectual uspiana. *Estudos Ibero-Americanos. PUCRS*, v, XXXIV, n.2, p. 168- 187, dezembro de 2008.

CARDOSO, I. de A. R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Autores Associados/*Cortez*, 1982.

CARDOSO, Lourenço. *O branco invisível: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)*. Dissertação de Mestrado. *Universidade de Coimbra*. Coimbra, 2008.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: MÜLLER, Tânia M. P. & CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba. *Appris*, 2017.



CARDOSO, Lourenço. O branco não branco e o branco-branco. In: MÜLLER, Tânia M. P. & CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba. *Appris*, 2017.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro. *Fator*, 1980.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon, a Branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. In: MÜLLER, Tânia M. P. & CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba. *Appris*, 2017.

FERES JUNIOR, João. A atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos: branquitude e nação. *Cad. CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 111-125, Apr. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/crh/a/SMkX3HB7SDnWr39wqgbbVDs/?lang=pt>>. Acesso em 29 de dez. 2018.

FETIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado*, São Paulo, 1987.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O Debate sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial no Brasil. In: THEODORO, Mario (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: *Ipea*, 2008. p. 49 - 68.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In: MÜLLER, Tânia M. P. & CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba. *Appris*, 2017.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. 1988. II, 279f. Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Campinas, SP.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo, *Annablume/FAPESP*, 2012.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. A criança branca idealizada pela imprensa no século XIX. In: MÜLLER, Tânia M. P. & CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba. *Appris*, 2017.

MÜLLER, Tânia M. P. & CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba. *Appris*, 2017.

PIZA, Edith. *Porta de vidro: entrada para a branquitude*. In: BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. Ed. Petrópolis. *Vozes*, 2014.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, *Editorial Andes*, 1957.

SALONE, Roberto. *Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo, *Albatroz Editora*, 2009.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo, *Annablume*, 2014.



SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Dando nome às diferenças. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Racismo e Racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil*. São Paulo, *Humanitas/FFLCH/USP*, 2001.

SILVA, Priscila Elisabete da. Um projeto civilizatório e regenerador: reflexões sobre “raça” no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940). Tese (Doutorado) *Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, 2015.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia M. P. & CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba. *Appris*, 2017.

Recebido em: 29/03/2021

Aceito em: 29/05/2021